

DO PAPEL DA ARQUEOLOGIA PARA O CONHECIMENTO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

NOTAS A PARTIR DE ALGUMAS ESTRUTURAS FORTIFICADAS NO ORIENTE

JOÃO LIZARDO

RESUMO Pretende-se chamar a atenção para o importante papel que deve ser assumido pela Arqueologia quanto ao estudo da Expansão Portuguesa, tendo-se utilizado para tal alguns exemplos concretos, a partir de estruturas fortificadas ainda observáveis, atendendo ao seu melhor estado de conservação.

Com este escopo, analisam-se, de forma sucinta, algumas representações gráficas da época, com o propósito de aferir da sua credibilidade face aos vestígios que ainda são detectáveis, tendo-se utilizado representações das fortificações de Diu em 1538 e 1546, de Ormuz em 1515 e do Barém em 1538.

Inclui-se também uma referência a estruturas locais anteriores à chegada dos portugueses e que foram por estes reutilizadas, como é o caso da "Couraça do Mar" de Diu.

Menciona-se igualmente o papel dos portugueses que se colocavam numa posição marginal relativamente ao poder do Reino, escolhendo-se como provável exemplo as chamadas "Casas Portuguesas" na Ilha de Zanzibar".

No entanto, são por demais evidentes as limitações e insuficiências do texto em causa, que escassamente ultrapassa o mero apelo em prol do interesse no desenvolvimento da investigação arqueológica nesta área.

PALAVRAS-CHAVE Expansão, imagens da Expansão, vestígios locais, marginalidade, Diu, Barém, Ormuz, Quíloa, Zanzibar

"Os arqueólogos da Época Moderna nunca se dão por satisfeitos com o "ouvir dizer" dos historiadores, nem relevam a forma como se achem exactamente escrutinados, entrecruzados e espaldados por documentos de reconhecida probidade. Os arqueólogos recusam-se a acreditar que tudo o que seja conhecimento valioso terá sido reduzido a escrito por sociedades alfabetizadas ou recitado através das tradições orais ou mesmo fotografado e videogravado por sociedades computadorizadas. Nós suspeitamos que em todas as sociedades existem segmentos não escritos, ou mudos ou não gravados cujas histórias apenas podem ser contadas pelos arqueólogos..."¹.

Os objectivos desta intervenção podem ser excessivamente ambiciosos, mas, na minha visão, para a afir-

mação da Arqueologia da Época Moderna é necessário encontrar terrenos de clara demarcação face à investigação histórica e, nesse aspecto, considero que o estudo da Expansão Portuguesa poderá constituir um espaço privilegiado, dado que se trata de uma área extremamente importante e, onde, por diversas razões, a documentação escrita se torna insuficiente.

Para atribuir conteúdo a esta proposição escolhi alguns exemplos concretos, encontrando-se todos eles traduzidos em estruturas fortificadas, porque se trata de vestígios que estão dotados de melhores condições de conservação.

ALGUMAS IMAGENS DA EXPANSÃO

A abordagem inicial poderá parecer contraditória com o proposto relevo da arqueologia, na medida em que se refere a elementos traçados em papel, tal como sucede com os documentos escritos, mas pretendi realçar a importância da análise de desenhos que se destinavam a representar sítios e edificações, sublinhando-se

1. Tradução muito livre, razão porque se transcreve o texto original: «Historical archaeologists are not even satisfied with the historian's hearsay, no matter how exactly scrutinized, crossreferenced, and buttressed by documents of affirmed probity. Archeologists refuse to believe that all that is worth knowing is written by literate societies, or recited by oral societies, or even photographed and videotaped by computerized societies. We suspect that there are non literate, mute, or untaped segments of all societies whose stories can be told only by archaeologists...», Wesler, 1998.

que estas imagens têm sido escassamente utilizadas como fonte informativa², e, muitas vezes, servem apenas como ilustrações destinadas a amenizar os textos históricos sem que, nesses casos, exista qualquer preocupação quanto à sua correspondência com a realidade. Não pretendo equiparar a minha intervenção ao magnífico livro de Jorge Alarcão sobre a Coimbra medieval³ que é, inquestionavelmente, o trabalho de um arqueólogo, embora esteja assente na análise de fontes escritas, mas, pura e simplesmente considero que a aferição da credibilidade e a subsequente interpretação das imagens que foram outrora realizadas só serão viáveis através da sua comparação com os vestígios que ainda seja possível detectar e, por isso, é inevitável que essa actividade deva estar associada à investigação arqueológica.

Diu – 1538/1546

Primeiramente, escolhi uma imagem da autoria do cronista Gaspar Correia para uma situação em que permanece quase intacta a estrutura que foi então representada, a qual se reporta à fortaleza de Diu, após as obras

2. Neste sentido, vide, por exemplo: «Entre a abstracção dos dados documentais e a materialidade dos dados arqueológicos poderia vir a intercalar-se a representação iconográfica...», Boisselier, 2002, p. 497.
3. Alarcão, 2008.

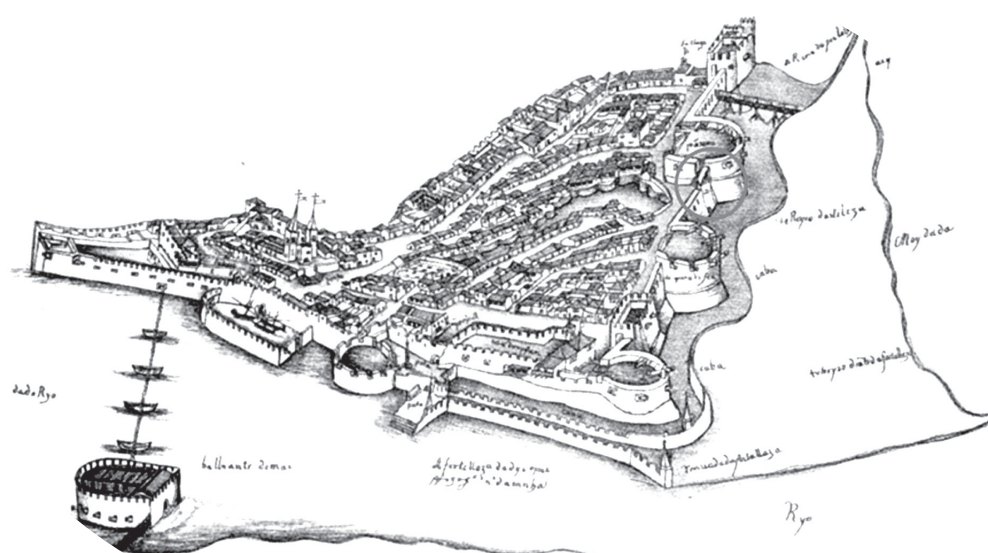
que se seguiram ao segundo cerco, ocorrido em 1546⁴. O realismo deste desenho, no que toca à fortaleza, é espantoso para a época em que foi executado, realçando-se, por exemplo, o pormenor onde figura o pequeno ângulo saliente que se situa entre os baluartes de S. Tomé e S. João (figs. 1 e 2).

Para além, desta saliência foi aí desenhado um baluarte que não existe, nem poderia ter existido, atendendo a que o fosso que rodeia a fortaleza se acha profunda e inteiramente escavado na rocha, de tal forma que inviabilizaria qualquer construção mais avançada que se pretendesse realizar à frente da muralha, conforme foi então reconhecido pelo Governador D. João de Mascarenhas (fig. 3).

No entanto, ele informa também que, pouco antes do segundo cerco, construiu um “cubelo”⁵ no ponto da

4. Por vezes, na senda da opinião de Carlos de Azevedo (1970), é afirmado que o desenho representaria a fortaleza anterior ao cerco de 1546. Mas, como essa construção foi destruída e aquela que hoje se observa é igual à imagem de Gaspar Correia, não faria qualquer sentido que a reconstrução copiasse a obra anterior, o que torna forçoso concluir que estamos perante uma obra imediatamente seguinte a 1546. A convicção de Carlos de Azevedo assentava no facto de não terem sido desenhadas as obras mais avançadas, mas é natural que o cronista não as tivesse chegado a conhecer.

5. Segundo D. João de Mascarenhas, no lanço do muro que corre de S. João para S. Tomé “não tinha lugar para lhe fazer contramuro por causa da cova que é muito alta e não havia mais lugar na rocha que aquele onde o muro estava assentado.”, Garcia, 1993.



1. A Fortaleza de Diu segundo o desenho de Gaspar Correia, assinalando-se a pequena saliência que ainda hoje em dia é visível.

cortina onde Gaspar Correia desenhou este fictício baluarte, embora o mesmo se situasse no lado de dentro da muralha, precisamente porque era impossível edificá-lo no exterior, onde já existia o fosso. Este “cubelo” desapareceu nas obras que se seguiram ao cerco, mas é plausível que a sua memória tivesse influenciado o cronista, assim se explicando a discrepância que inicialmente sublinhei.

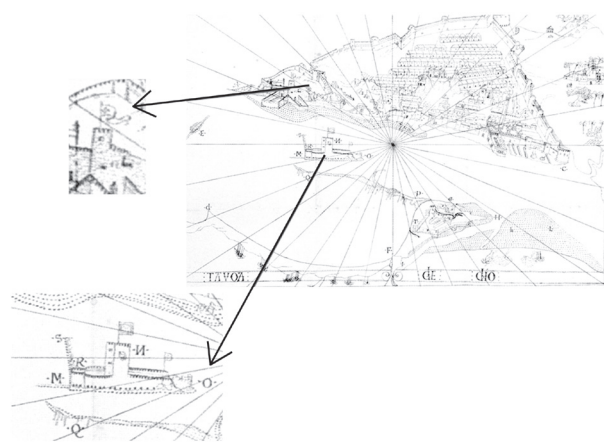
Passando a uma outra representação de Diu, a dos “Roteiros de D. João de Castro”, realizada logo após o primeiro cerco, em 1538, de momento nada posso adiantar quanto àquela que seria a configuração da fortaleza, mas o traçado da muralha da cidade corresponde razoavelmente aos vestígios que ainda são observáveis, valendo a pena recordar que, nesse momento, esta construção era exclusivamente indígena (fig. 4).

No desenho referente à fortaleza sobressaem duas torres, sabendo-se que, no “baluarte do mar” tinha existido uma torre que foi destruída pela artilharia inimiga durante este primeiro cerco⁶, tudo indicando que não chegou a ser reconstruída, e nos relatos desse cerco não se detectam referências a qualquer outra torre, sendo absurdo que existisse e passasse à margem dos combates e das respectivas descrições.

Mas, os documentos respeitantes ao cerco seguinte revelam que, em 1546, a fortaleza já estava dotada de duas torres⁷, que só podem ter sido construídas após 1538 e desapareceram posteriormente, dada a sua inadequação face ao uso da artilharia.

Temos assim que, nos “Roteiros”, figura uma torre que tinha sido destruída e uma outra que ainda não existia, mas que estava em vias de ser construída, e, por isso, pode-se dizer que, num só desenho, estão representados três momentos, o passado quanto à torre

6. A este respeito, entre outros, a descrição do primeiro cerco reeditada por Luciano Ribeiro, p. 259.
7. Por exemplo, “Torre do alcaide mor”, D. João de Mascarenhas, ob. cit., p. 146.

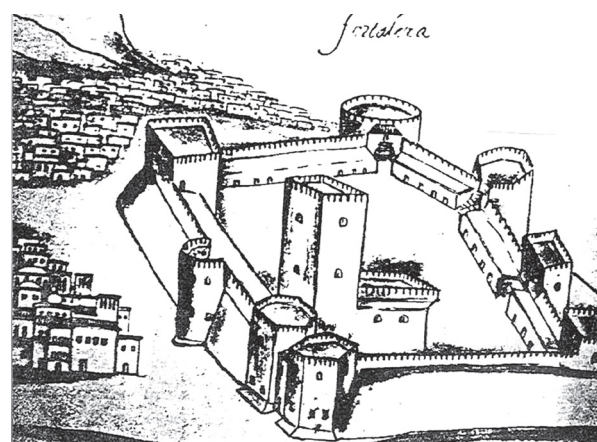


4. A Fortaleza de Diu nos “Roteiros” de D. João de Castro. De notar as duas torres referidas no texto.

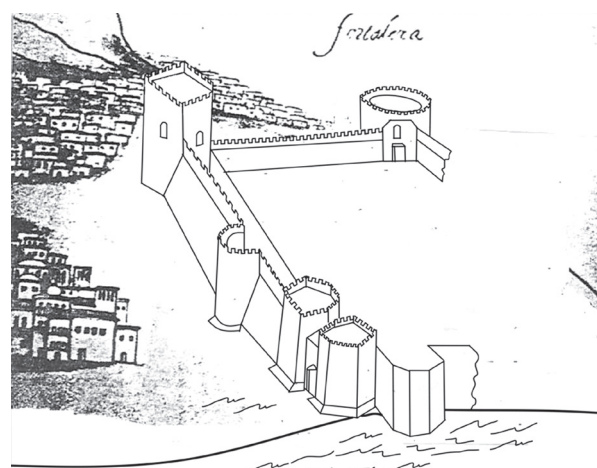
do “baluarte do mar” entretanto desaparecida, o futuro quanto à torre que iria ser construída e o presente relativamente às demais construções que exibem as destruições que tinham resultado dos ataques de 1538. Além disso, estas duas “torres” de D. João de Castro assumem características próprias de um discurso altamente ideologizado, pois servem de base para a visão imperial e triunfalista que é proposta, demonstrando exemplarmente que tal como o conteúdo dos documentos, também as imagens não são neutras.

Ormuz – 1515

Escolhia agora a representação da fortaleza de Ormuz, também da autoria de Gaspar Correia, que acompanhou durante vários anos Afonso de Albuquerque (Garcia, 2009) e esteve com ele em Ormuz em 1515 quando foi recuperada a estrutura que tinha sido iniciada em 1507 e foi construída uma verdadeira fortaleza, que se acha detalhadamente descrita nas “Lendas da Índia”, redigidas pelo mesmo Gaspar Correia, sendo interessantes algumas divergências entre o texto escrito e o desenho, dado que ambos são do mesmo autor.



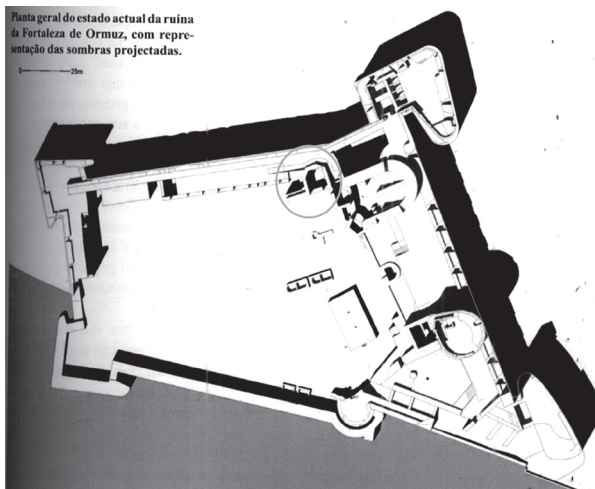
5. A fortaleza de Ormuz segundo o desenho de Gaspar Correia.



6. Os vestígios ainda visíveis que correspondem à construção desenhada por Gaspar Correia.

Os vestígios actualmente observáveis abrangem, no essencial, a face Sul da fortaleza e coincidem com o desenho, apesar de se colocarem reservas de alguma monta no que respeita à “torre de menagem”, que só foi definitivamente construída depois da partida de Gaspar Correia.

Além disso, o cronista não representou o “baluarte semi-poligonal”⁸ que deveria estar integrado na obra de 1515, o que torna necessárias algumas considerações a respeito de possíveis paralelismos com esta estrutura (fig. 7).



7. O “baluarte semi-poligonal” da fortaleza de Ormuz em levantamento do Arquitecto João Campos.

A pouco mais de 150 km de Elvas, no castelo de Trujillo, por volta de 1490⁹, foi construída, uma “barbacã de porta”, ou seja, um recinto secundário, situado em frente à primitiva entrada, que termina numa forma poligonal, estava especialmente vocacionado para o uso da artilharia e possuía uma pequena porta lateral (fig. 8).

Com semelhantes características, Duarte d’Armas desenhou uma “barbacã de porta” que se encontrava então em construção no castelo de Miranda do Douro, cabendo ainda recordar um desenho frequentemente citado, dos inícios do século XVI, onde figura uma ignorada fortaleza ultramarina, que é constituída por uma torre e um pequeno recinto que lhe fica fronteiro, também de forma poligonal e igualmente vocacionado para o uso da artilharia (fig. 9).

A estrutura de Ormuz é muito semelhante àquelas que atrás foram focadas, e, pelas suas características, deve ser-lhe apontada uma data recuada, podendo a sua construção ter sido iniciada em 1507, datação que permitiria dar sentido a uma frase de Afonso Albuquerque

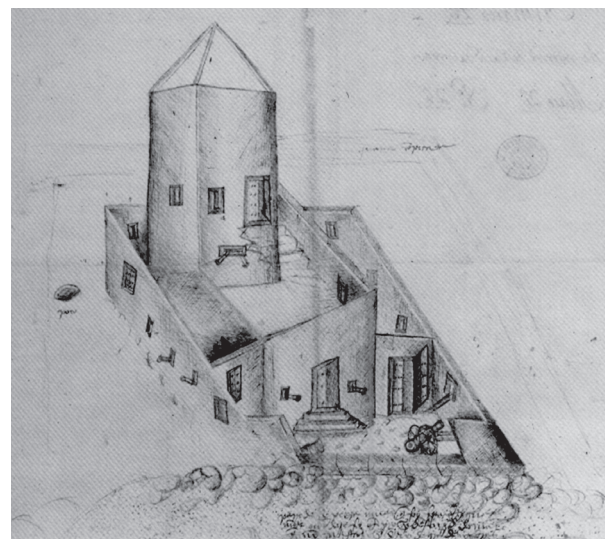
que surgia como enigmática e onde era afirmado: «A nossa fortaleza por aquela parte e cerco que entra nas casas d’el-rei, fica-lhe o muro sobre o pouso do poente. E porque às vezes as marés das águas vivas são grandes e a porta principal da fortaleza está na praia fiz outra porta contra a cidade e abri as casas velhas d’el-rei e faço um caminho e serventia por ali para a cidade».

Atendendo a que não se colocam quaisquer dúvidas de que as “casas d’el-rei” e a cidade ficavam defronte da entrada da fortaleza que hoje em dia é visível, não se percebia qual seria esta outra porta, mas, se entendermos que o “baluarte semi-poligonal” seria semelhante ao modelo de Trujillo, encontramos no mesmo uma pequena entrada lateral, semi-soterrada, a qual “ficava na praia” e é equivalente à do exemplo espanhol, sendo esta, provavelmente, a primeira porta a que Albuquerque se referia (figs. 10 e 11).

Além disso, este “baluarte semi-poligonal”, inicial-



8. Castelo de Trujillo – “barbacã de porta”.



9. Uma inidentificada fortaleza ultramarina em desenho do início de século XVI.

8. Utilizou-se a nomenclatura adoptada em “The evolution of the fortress of Hormuz...”, in, “Revisiting Hormuz”.

9. Sobre Trujillo, Cobos Guerra, 2002, p. 678.



10. Vista do exterior do "baluarte semi-poligonal", com uma porta semi-soterrada (2007).

mente, tinha a sua face interior aberta, tendo a mesma sido fechada com a construção da muralha em 1515, o que leva também a crer que já existiria antes dessa data, até porque, ao nível do piso térreo nem sequer se observa qualquer acesso, o que torna altamente provável que pertencesse à construção inicial, assim se explicando que Gaspar Correia, "entusiasmado" com a obra que era levada a cabo na sua presença, tivesse menosprezado os trabalhos anteriores, deixando de fora do seu desenho este "baluarte", que também não é referido no seu texto, o que será perfeitamente lógico, segundo esta hipótese, dado que as "Lendas da Índia" descrevem o que estava a ser construído em 1515 e não aquilo que já existia.

Assim, em todos os exemplos que se invocaram, as fugas à realidade decorrem de uma falta de coincidência temporal, sendo fácil de perceber que, nessa época, o "tempo" não assumia o valor que hoje em dia lhe atribuímos¹⁰ e, por isso, o próprio Gaspar Correia, noutro trecho das "Lendas da Índia", informa que elaborou um desenho da fortaleza de Sofala, tal como

10. A este respeito, vide Alarcão, 1993/94, p. 9-56.



11. Pormenores da mesma porta, vendo-se também vestígios da primitiva muralha e respectivo "alambor" (2001).

esta se encontrava à data da construção inicial, em 1506, embora no texto descreva edificações posteriores, e, de igual forma, é notado que Duarte d'Armas também desenhou como sendo reais estruturas que ainda iriam ser construídas (Gomes, 2001, p. 70).

Barém – 1538

No último exemplo que escolhi, temos uma representação do Arquipélago do Barém, traçada à volta de 1538 por alguém que é associado às obras que constam dos "Roteiros" de D. João de Castro¹¹ e, à primeira vista, o castelo que aí figura seria meramente fantasioso, pois, por um lado, apresenta uma arquitectura demasiado "europeia" e, por outro lado, não coincide com a

11. A imagem do Barém, "foi desenhada pela mesma mão que traçou as távoas", Garcia, ob. cit., p. 136.



12. Face interior do "baluarte semi-poligonal" (2001).

fortaleza revelada pelas escavações de Monik Kervran (1988). No entanto, a favor da credibilidade desta imagem temos a representação dos "tumuli" mais do que milenares que caracterizam a paisagem da ilha, revelando o seu autor, neste aspecto um especial rigor face a estruturas que seriam então totalmente inexplicáveis (fig. 13).

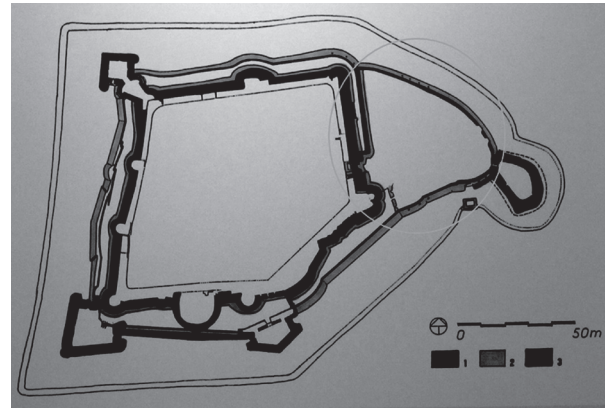
Quanto à representação da fortaleza, aí se inclui uma área apenas cercada de muralhas, sem dispor de quaisquer outras estruturas, e, neste caso, será lógico considerar que estamos perante uma construção tipicamente islâmica, o albacar, destinado a proteger os rebanhos, e que também era conhecida dos portugueses, sendo significativa a opinião de que: «...bacar é



13. Desenho da ilha do Barém, comumente associada à obra dos "Roteiros de D. João de Castro", destacando-se a representação dos "tumuli" pré-históricos.

casa forte sem bombardeiras e sem torres...»¹².

É possível que o desenho, neste aspecto, tenha algo a ver com a realidade e não será de desprezar a hipótese do provável "albacar" encontrar correspondência com a zona que se situa para lá do corpo central da fortaleza tal como é actualmente observável (fig. 14).



14. A fortaleza do Barém em levantamento de Monik Kervran.

Noutra área, se observarmos fotografias mais antigas e anteriores a qualquer intervenção, será fácil detectar volumes para além daqueles que foram revelados pelas escavações de Monik Kervran, entre os quais é bem visível a presença de uma torre mais alta do que todos os demais vestígios (figs. 15 e 16).

Torre essa de que ainda existem os traços e se eleva a um nível superior ao dos baluartes e à qual está encostado um "cubelo", num conjunto que, de alguma forma, pode ser visto como correspondendo ao corpo central que figura no desenho (figs. 17, 18 e 19).

Nas descrições do ataque levado a cabo pelos portugueses em 1528, mesmo admitindo alguma dose de triunfalismo da sua parte, é enfaticamente sublinhada

12. Carta de Diogo Fernandes de Beja a D. Manuel I, 1514, in Aubin, 2000, p. 189.



15. A mesma fortaleza antes dos trabalhos arqueológicos e de restauro em fotografia publicada por Monik Kervran.



16. Outra fotografia referente ao início dos trabalhos arqueológicos.

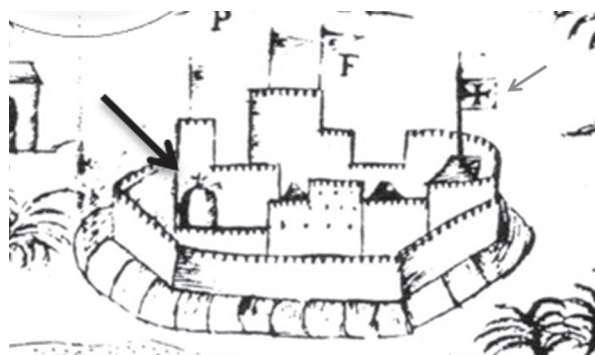
a debilidade da fortificação então existente¹³ tornando-se imperioso admitir que entre 1528 e a data da execução do desenho teria existido alguma campanha construtiva, podendo também sublinhar-se que, aquando da primeira ofensiva portuguesa, em 1521, o senhor do Barém preferiu fortificar as entradas da cidade de Manama a utilizar a fortaleza, o que em nada abona a favor da sua eficácia. Por outro lado, Mestre Afonso, no seu "Itinerário"¹⁴, afirmava que, em 1559, após o ataque turco, D. Antão de Noronha foi "restaurar" (sic) a fortaleza, o que pressupõe que já existiria uma estrutura fortificada, mais importante do que a de 1528 e que se encontraria associada à esfera de influência dos portugueses.

Os trabalhos de Monik Kervran não abrangeram zonas como aquela onde se situam os vestígios da torre que atrás referi, tendo assumido, relativamente a alguns aspectos, que, "... isto só pode ser verificado através de nova escavação" (Kervran, 1988, p. 51), que não chegou a ser realizada, o que torna plausível considerar que

13. Afirmava-se então com respeito à fortaleza atacada pelos portugueses: «...porque a fortaleza era de barro e como lhe dava qualquer berço a derribava» (carta de Cristóvão de Mendonça de 30/09/1530, in, "Mare Liberum", n.º 3, p. 100); "com certos tiros que levavam derribaram tanto muro que poderiam entrar cem homens" (carta do vigário de Ormuz de 18/11/1529, ob. cit. p. 99).

14. "Itinerário de Mestre Afonso", in, "Viagens por Terra da Índia a Portugal", int. e notas de Neves Águas, 1991, p. 201.

existe algum grau de correspondência com a realidade por parte deste desenho, não sendo irrelevante o grau de confiança que lhe seja atribuído porque, no mesmo, para além de três bandeiras triangulares com o crescente do Islão, figura também uma bandeira quadrada com a cruz de Cristo, o que leva à conclusão de que o seu autor pretendeu representar uma gestão partilhada para essa fortaleza¹⁵ (fig. 20).



20. Representação da fortaleza do Barém, associando símbolos cristãos e islâmicos.

Ao fim e ao cabo, a presença portuguesa no Golfo Pérsico limitava-se à zona costeira, não existindo capacidade para influenciar as grandes unidades políticas da zona, e, ao contrário da bélica imagem que é tradicionalmente veiculada, os portugueses eram objecto de alguma condescendência que derivava da sua reduzida importância. Nomeadamente, o Império Otomano, apesar das suas pretensões para o controle da região, após o fracassado movimento contra Ormuz em 1552, desautorizou o ataque ao Barém de 1559¹⁶ e nada mais

15. Esta associação das bandeiras com os poderes islâmicos ou cristãos já tinha sido referida por Kervran, 1988, e por Campos, 2008, p. 283, surgindo também no guião do "Museu do Sítio de Kalat-al-Bahrein", elaborado por Monik Kervran.

16. Vide Soucek, 2008, p. 29-56. Também Mestre Afonso, no seu "Itinerário", refere que o ataque ao Barém foi efectuado, "sem mandado do turco, nem de ninguém", ob. cit. p. 201.



17. A fortaleza do Barém no seu estado actual (2010), observando-se vestígios de uma torre mais alta que os baluartes.



18. Outro aspecto da mesma torre e o seu "cubelo".



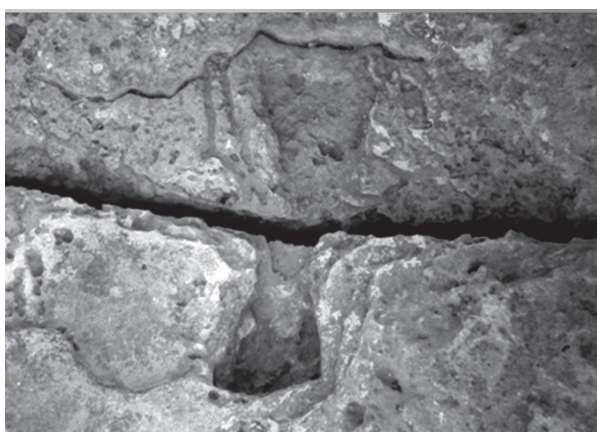
19. Interior da fortaleza, vendo-se a torre que não foi objecto de restauro.

Além disso, a muralha que ainda subsiste apresenta uma fila de canhoneiras, viradas ao mar e instaladas ao nível da linha de água, como se se tratasse da artilharia de um navio, numa disposição original que tem equivalência com a da Torre de Belém, podendo aplicar-se-lhe a caracterização que é feita para esta última, como constituindo “um grande baluarte frontal de inspiração naval” (Cobos Guerra, 2002, p. 686).

Porém, ao contrário do que sucede na Torre de Belém e na generalidade das fortificações portuguesas da época,



22. Vista parcial da “couraça do mar” em 2010.



23. “Couraça do mar” – sinais dos grampos e da argamassa que uniam os blocos (2010).

ca, a face exterior destas canhoneiras é lisa, em vez de apresentar uma forma reentrante e o seu vão é amplo, sendo ainda provável que o piso da “couraça” esteja formado por grandes lajes de pedra, cuidadosamente aparelhadas, num conjunto de soluções para as quais não se encontram paralelismos ao nível do nosso País (fig. 24).



24. “Couraça do mar” – uma canhoneira.

Do exposto resulta uma construção diferente das europeias e que possibilitava um “tiro de bordada” altamente eficaz face aos navios inimigos, e, perante a sofisticação desta estrutura militar, de construção local, soam de forma estranha umas recentes afirmações em que se pretendeu contrapor às obras indígenas a qualidade das construções portuguesas, porque, segundo é dito, estas últimas seriam “de pedra e cal” (Barata, 2010, p. 126), técnica que, segundo esse autor, seria ignorada fora do nosso âmbito, ganhando desta forma uma imprevisível actualidade crítica as palavras de Luís Filipe Thomaz que atrás invoquei.

A “MARGINALIDADE” NA EXPANSÃO PORTUGUESA

As questões atrás focadas mereceriam certamente um maior desenvolvimento, mas, aqui e agora, a minha pretensão reduz-se a uma chamada de atenção para o papel da arqueologia neste período histórico e, por isso, igualmente irei aflorar (e apenas aflorar...) aspectos relacionados com as condições de vida, impactos e influências locais daqueles portugueses que, pelas mais diversas razões, cortavam os contactos com o reino. Nos casos em que entravam em directo confronto com o poder, eram frequentemente referidos nos documentos, sob designações tais como “levantados” ou “renegados” afirmando-se a este respeito que “os soldados desertavam em massa”, ou, “conhecem-se casos de várias guarnições que, pura e simplesmente se amotinaram e, após se apossarem dos navios onde prestavam serviço, os transformaram em navios piratas” (Aubin, 2005, p. 424-425), mas era ainda mais importante o nú-

mero daqueles que simplesmente se colocavam à margem do controle oficial, sem qualquer tipo de confrontação, o que podia originar a construção de fortalezas de iniciativa puramente individual, como no caso do Sirião, ou a situação no Golfo de Bengala, que estava dotado de uma grande comunidade portuguesa que em nada obedecia nem ao Poder Central, nem ao Poder sediado em Goa, de tal forma que os respectivos Vice-Reis chegaram a planejar o seu ataque, como se de inimigos se tratasse.

Para estes portugueses seria também altamente atractiva a costa oriental de África, a Norte da Ilha de Moçambique¹⁸, relativamente à qual não será irrelevante recordar as similitudes com "Alcochete" que foram invocadas pelos primeiros navegadores aí chegados e onde a ausência de tradições guerreiras por parte da sociedade suaíli constituía seguramente um forte atractivo para quem desejava escapar aos deveres militares impostos pela Coroa Portuguesa.

Estas condições aconselham a que se faça uma breve referência às ruínas de dois grandes espaços edificadas em Fukuchani e Mvuleni, no Norte da Ilha de Zanzibar e que são tradicionalmente designados como sendo as "Casas Portuguesas" (fig. 25).

No que toca à presença portuguesa em Zanzibar desconhece-se, ou, pelo menos, eu desconheço, dados documentais significativos, mas existem referências indirectas e vestígios materiais¹⁹ que indicam uma forte implantação, tanto mais que, aquando dos ataques à grande fortaleza de Mombaça, os portugueses de Zanzibar, em 1632, armaram à sua exclusiva custa dois barcos e voltaram a enviar uma pequena frota em 1696, para apoiar a sua defesa.

Além disso, há notícia de frades agostinhos nesta ilha, concluindo um autor que, "muitos portugueses

vivem aí com as suas famílias e cultivam as suas fazendas em total segurança" afirmando-se também que o poder suaíli, "segundo tudo indica, manteve-se constantemente leal aos portugueses" (Strandes, 1989, p. 179, 191, 200, 217 e 235).

Face a estas condições, poderia parecer fácil a consagração da designação tradicional, para as ditas "casas", mas sucede que as mesmas, sob o ponto de vista arquitectural, obedecem às regras locais e, aparentemente, nada têm de "portuguesas", sendo a respectiva localização, por enquanto, verdadeiramente inexplicável devido ao seu afastamento de qualquer centro urbano e ao seu difícil acesso, no caso de Mvuleni.

Porém, se as habitações seguem as tradições construtivas suaílis, sucede que estão envolvidas por muros que apresentam regulares e abundantes aberturas destinadas ao tiro com armas de fogo. Este tipo de "espingardeiras" não é muito vulgar nas grandes fortificações portuguesas, mas é observável em construções mais modestas, como no exemplo dos muros "das milícias", que preveniam os desembarques inimigos na Praia do Pópulo na ilha açoriana de S. Miguel²⁰.

Os suaílis também vieram a usar este tipo de estrutura, pelo menos, na cidade de Gedi, nos arredores de Melinde, em muros provavelmente erguidos nos finais do século XVI como defesa contra os ataques das tribos Gala provenientes da Somália e que acabariam por destruir algumas das suas cidades continentais (Kirkman, 1974, p. 98). No entanto, nos ambientes insulares, esse perigo não existia, e, por isso, o muro que rodeia a cidade de Takwa, na ilha de Manda, do Arquipélago de Lamu, construída por volta do século XVII²¹, não apresenta "espingardeiras", nem, aliás, qualquer outro tipo de dispositivo militar, sendo de supor que igual situação se verificaria noutras povoações (fig. 26).

18. Pelúcia, 2002, refere como, «sítios que se afiguravam mais atraentes, a costa de Melinde...».

19. Veja-se, por exemplo, a qualidade epigráfica da pedra tumular, lavrada na década de 1590 e que se encontra no "Peace Memorial Museum", de Zanzibar.

20. Vide Riley, 2005, p. 245-268.

21. Uma excepção seria Pate, no Arquipélago de Lamu, que, devido aos persistentes conflitos com os portugueses, em 1678 já estava dotada de uma fortificação. Vide J. Ames, 2000, p. 199-200.



25. As "casas portuguesas" de Fukuchani (esq.) e Mvuleni (dir.) na ilha de Zanzibar (2002).

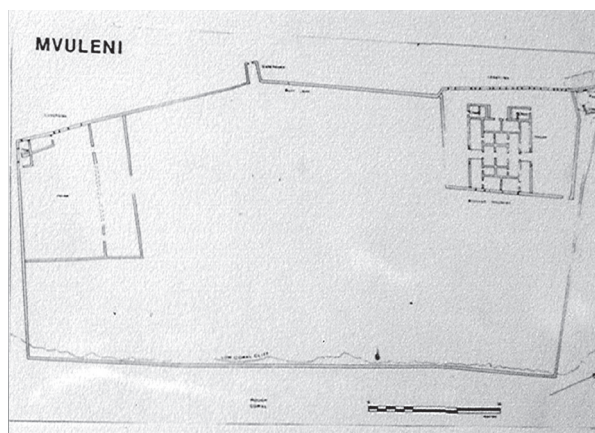
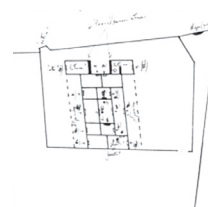


26. O muro delimitador da cidade de Takwa, na ilha de Manda, construído no século XVII (2002).

Esta quase ausência de estruturas defensivas nas cidades dessa costa leva a concluir que os utilizadores de Fukuchani e Mvuleni sentiam necessidade de uma especial protecção e, portanto, seriam estranhos à região, existindo no caso de Mvuleni levantamentos dos serviços arqueológicos locais que demonstram a existência de dois muros de protecção, estando o muro exterior dotado de uma altura que excede os dois metros e observando-se no muro interior uma pequena saliência, dotada de uma fresta, que se assemelha a uma guarita, reforçando desta forma as características fortificadas destes conjuntos (figs. 27 e 28).

A sua localização foge às regras de povoamento da Ilha e é pouco compatível com a tendência para a vida em espaços urbanos que é própria das culturas islâmicas, cujas habitações obedecem a normas bastante rígidas que eram também aplicadas na arquitectura suaíli, mas que não foram respeitadas nos exemplos que refiro, quer pela inexistência de pátios interiores, que, nas habitações "islâmicas", "eram, na realidade, o coração da casa e a sua peça fundamental", quer, sobretudo, pela ausência de eficaz resguardo da intimidade, pois, enquanto que, segundo as regras islâmicas, as aberturas não permitem a observação do interior da casa, em Mvuleni e Fukuchani, às portas exteriores seguem-se, de enfiada, as portas dos compartimentos seguintes, sem qualquer barreira visual, sucedendo ainda que não são também respeitadas as normas islâmicas referentes à orientação das latrinas, pois estas, pelo menos numa primeira abordagem, afigura-se estarem viradas na direcção de Meca, o que constituiria uma tenebrosa afronta para esta Religião.

Perante estas características, será legítimo concluir que as "casas portuguesas" fossem construídas por naturais da costa, mas que se destinassem a ser utilizadas por estranhos à zona, o que dá consistência à tradição que assim as denominou, embora fique por perceber qual seria a sua finalidade, mas, de qualquer forma, o seu radical afastamento dos centros onde se situava a representação do Reino torna plausível



27. Planta do conjunto que integra a "casa portuguesa" de Mvuleni, da responsabilidade dos serviços arqueológicos tanzanianos e esboço da mesma.



28. Pormenor dos muros de Mvuleni.

a hipótese de que os seus utentes estivessem numa situação marginal relativamente ao Poder português. Entre outros exemplos que se poderiam invocar, vale a pena referir a povoação de Pujini, na Ilha de Pemba, dado que aí existe uma fortificação “acastelada” que não tem paralelo em toda a arquitectura suaíli e, por isso, já houve quem lhe pretendesse atribuir uma influência portuguesa, que poderia sair reforçada pelo facto de, segundo a tradição local, na cidade ter ocorrido uma revolta contra um prepotente sultão e uma fonte portuguesa da época²² referir a existência de um sultão que tinha sido derrubado pela população e que exercia o seu arbitrário poder com a colaboração dos portugueses aí sediados (fig. 29).

No entanto, nalguns contactos que estabeleci, via Internet, com o arqueólogo responsável pelas escavações de Pujini, Adria la Violette (1996, p. 72), da Universidade de Virgínia, este pôs em causa a aludida influência, mas estes contactos foram superficiais, o que aconselha a deixar em aberto, como mera hipótese, a possibilidade desta povoação, que, ao fim e ao cabo, era algo seme-lhante a uma “cidade-estado”, poder corresponder ao anónimo “sultanato” que foi referido pelo Pde. João dos Santos.

22. Frei João dos Santos, “Etiópia Oriental e vária história de coisas notáveis do Oriente”, 1.ª ed., 1609, ed. CNCDP, Lisboa, 1999.

Ainda nesta zona, afigura-se-me como sendo extremamente interessante, atendendo às lacunas dos documentos escritos, a existência no século XVII de uma povoação portuguesa, bem no interior do Continente Africano, no actual Zimbabwe e cuja importância foi revelada pelas escavações de Peter Garlake e não posso deixar em passar em claro o caso de Quíloa pois continuo a julgar ser inaceitável que a fortificação portuguesa se encontre debaixo do forte construído pelos árabes do Oman na primeira década do século XIX sobre um provável depósito de escravos francês que lhe era pouco anterior, e, por isso, considero que será necessário procurar os vestígios da “nossa” fortaleza noutra ponta da povoação, tomando como ponto de partida as escavações de Nevill Chittick e as suas lacunas²³.

Depois destes exemplos, espero ter demonstrado que existem múltiplos aspectos da presença portuguesa fora do território europeu que são tanto ou mais interessantes do que aqueles que nos chegaram através dos documentos escritos e, por isso, suponho que terá ficado plenamente justificado o interesse de uma “Arqueologia da Expansão Portuguesa”.

23. “A Identificação do Forte Português em Quíloa”, revista Almadan, II série, n.º 13, adenda electrónica.



29. Ruínas da cidade de Pujini, Ilha de Pemba, Arquipélago de Zanzibar. Escadaria de acesso ao topo da muralha (2002).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1993/94) – A Arqueologia e o Tempo, *Conimbriga*. Coimbra, vols. XXXII-XXXIII, p. 9-56.
- ALARCÃO, J. de (2008) – *Coimbra – A montagem do cenário urbano*, Coimbra; Imprensa da UC.
- AMES, E. (2000) – *Renascent Empire – the House of Branganza and the Quest for Stability in Portuguese Monsoon Asia*, Amsterdam University Press.
- AUBIN, J. (2000) – *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AUBIN, J. (2005) – *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- AZEVEDO, C. (1970) – *A Arte de Goa, Damão e Diu*, Lisboa, Comissão Ex. do V Centenário do Nascimento de Vasco da Gama.
- BARATA, T. (2010) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BOISSELIER, S. (2002) – Les relations entre l'habitat et les châteaux dans le Sud du Portugal..., in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, Lisboa, Colibri.
- CAMPOS, J. (2008) – *Arquitetura Militar Portuguesa no Golfo Pérsico*, Coimbra, Tese de doutoramento, policopiada.
- CHITTICK, N. (1974) – *Kilwa: a islamic trading city on East African Coast*, Nairobi, The British Institute in Eastern Africa.
- COBOS GUERRA, F. (2002) – Artillería y fortificación ibérica de transición en torno a 1500, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, Lisboa, Colibri.
- COUTO, D. e LOUREIRO, R. (2007) – *Ormuz-conquista e perda*, Batalhas de Portugal, nº27, Lisboa, Tribuna da História.
- GARCIA, J.M. (1993) – O segundo cerco de Diu visto por D. João de Mascarenhas, *Mare Liberum*, Lisboa, n.º 5.
- GARCIA, J.M. (2009) – *Cidades e fortalezas do Estado da Índia*. Lisboa, Quidnovi.
- GOMES, R.C. (2001) – *Castelos da Raia – Beiras*, Lisboa, IPPAR.
- KERVAN, M. (1988) – *Bahrein in the XVI Century, an Impregnable Island*, Manama, s.n...
- LIZARDO, J. (2008) – The evolution of the fortress of Hormuz..., in *Revisiting Hormuz*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.
- KIRKMAN, J. (1974) – *Fort Jesus – A Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Oxford University Press.
- LAVIOLETTE, A. (1996) – *Report on excavations at the Swahili site of Pujini*, Pemba Island, Tanzania, Nyame Akuma, n.º 46.
- MANDAVILLE, J. E. (1970) – The Ottoman Province of Al-Hasa in the Sixteen and Seventeenth Centuries, *Journal of the American Oriental Society*, vol. 90, n.º 3.
- NEVES ÁGUAS (1991) – *Viagens por terra da Índia a Portugal*, Lisboa, ed. Europa-América.
- PELÚCIA, A. (2002) – Entre a Honra e o Proveito: nobres à margem do Estado Português da Índia na primeira metade do século XVI, *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, vol. III.
- RILEY, C. (2005) – A praia das milícias e o sistema defensivo da baía de Rosto de Cão, in *Arquitetura militar – do conhecimento histórico à sua função actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura.
- SOUCEK, S. (2008) – The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf, in *Revisiting Hormuz*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag.
- STRANDES, J. (1899) – *The Portuguese Period in East Africa*, reed. 1989, Nairobi, Kenya Literature Bureau.
- THOMAZ, L. F. (2005) – Keynote Adress – 25 years of research on indo-portuguese History, in *XI International seminar on indo-portuguese history*, Goa, Maureen and Camvet Publishers.
- WESLER, K.W. (1998) – *Historical Archaeology in Nigeria*, Trenton, Africa World Press.